

**André Puccinelli Júnior**

Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela PUCSP. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Membro das Bancas Examinadoras do V e do VI Exames Unificados da OAB. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional. Membro da Academia de Letras Jurídicas de Mato Grosso do Sul. Advogado.

# **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

**4ª edição**

**2014**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
 CEP 05413-909  
 PABX: (11) 3613 3000  
 SAC: 0800 011 7875  
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Diretor editorial** Luiz Roberto Cunha  
**Gerente editorial** Thais de Camargo Rodrigues  
**Assistente editorial** Olívio de Quintana Figueiredo Pasqualeto  
**Produtora editorial** Clarissa Baraschi Maria  
**Preparação de originais** Ana Cristina Garcia  
 Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan  
**Arte e diagramação** Claudirene de Moura Santos Silva  
 Mônica Landi  
**Revisão de provas** Ana Beatriz Fraga Moreira  
 Paula Brito Araújo  
 Williams Colazans de Vasconcelas de Mela  
**Serviços editoriais** Camila Artiali Loureiro  
 Tatiana das Santos Ramão  
**Capa** Fonte Design  
**Produção gráfica** Marli Rampim  
**Impressão** EGB-Editora Gráfica Bernardi Ltda.  
**Acabamento** EGB-Editora Gráfica Bernardi Ltda.

ISBN 978-85-02-22584-8

**Puccinelli Júnior, André**  
**Curso de direito constitucional / André Puccinelli Júnior.**  
 4. ed. — São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Direito constitucional 2. Direito constitucional -  
 Brasil I. Título.

CDU-342(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito constitucional 342(81)

**Data de fechamento da edição: 11-4-2014**

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

132.854.094.001

965301

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>21</b>
 <b>Capítulo 1 – CONSTITUCIONALISMO</b>	
1. Noções preliminares.....	23
2. Constitucionalismo <i>versus</i> democracia .....	24
3. Evolução histórica.....	24
4. Constitucionalismo do futuro ou do porvir .....	27
5. Neoconstitucionalismo.....	28
Exercícios de fixação .....	29
 <b>Capítulo 2 – CONSTITUIÇÃO</b>	
1. Conceituação: uma tarefa espinhosa .....	33
1.1. Constituição em sentido sociológico .....	33
1.2. Constituição em sentido político .....	34
1.3. Constituição em sentido jurídico.....	34
1.4. Constituição em sentido culturalista e aberto .....	36
1.5. Constituição em sentido processual (processo público) .....	37
1.6. Síntese conceitual .....	37
2. Constitucionalização simbólica .....	38
3. Elementos constitucionais .....	40
4. Classificação ou tipologia das Constituições.....	41
4.1. Quanto à forma: costumeiras ou escritas .....	42
4.2. Quanto ao modo de elaboração: históricas ou dogmáticas .....	42
4.3. Quanto à origem: promulgadas ou outorgadas; cesaristas ou pac- tuadas .....	43
4.4. Quanto ao conteúdo: materiais ou formais.....	44
4.5. Quanto à mutabilidade: rígidas, flexíveis, semiflexíveis, fixas, tran- sitoriamente flexíveis, imutáveis e super-rígidas.....	45
4.6. Quanto à extensão: sintéticas ou analíticas.....	47
4.7. Quanto à sistemática: reduzidas ou variadas.....	47
4.8. Quanto à ideologia ou dogmática: ortodoxas ou ecléticas .....	48

4.9. Quanto ao sistema: principiológicas ou preceituais.....	48
4.10. Quanto à expansividade: expansivas ou não expansivas.....	48
4.11. Quanto à ontologia (essência): normativas, nominais ou semânticas.....	49
4.12. Constituições balanço, garantia e dirigente.....	50
4.13. Quanto ao conteúdo ideológico: liberais ou sociais.....	50
5. Quadro-resumo das classificações.....	51
6. Perfil da Constituição brasileira de 1988.....	52
Exercícios de fixação.....	52

### **Capítulo 3 – PODER CONSTITUINTE**

1. Conceito.....	59
2. Poder constituinte originário.....	59
2.1. Características e natureza jurídica.....	60
2.2. Titularidade do poder constituinte originário.....	61
2.3. Classificações ou subespécies.....	62
2.4. Formas de expressão.....	62
3. Poder constituinte derivado.....	63
3.1. Poder reformador.....	63
3.2. Poder revisor.....	64
3.3. Poder constituinte decorrente.....	65
3.4. Princípio da simetria e normas de reprodução obrigatória.....	67
4. Poder constituinte difuso.....	67
5. Poder constituinte supranacional.....	68
6. Aplicação intertemporal do direito constitucional.....	68
7. Intensidade retroativa.....	70
Exercícios de fixação.....	71

### **Capítulo 4 – HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL**

1. Interpretação e hermenêutica constitucional.....	79
2. Métodos de interpretação.....	80
2.1. Método jurídico ou clássico.....	81
2.2. Método tópico-problemático.....	82
2.3. Método hermenêutico-concretizador.....	82
2.4. Método normativo-estruturante.....	83
2.5. Método científico-espiritual.....	83
2.6. Método comparativo ou da comparação constitucional.....	84
3. Princípios da interpretação constitucional.....	84
3.1. Princípio da supremacia constitucional.....	84
3.2. Princípio da interpretação conforme a Constituição.....	85
3.3. Princípio da unidade da Constituição.....	85
3.4. O princípio da efetividade e seus desdobramentos.....	85
3.5. Princípio da força normativa da Constituição.....	86

3.6. Princípio do efeito integrador.....	87
3.7. Princípio da justeza ou da conformidade funcional .....	87
3.8. Princípio da concordância prática, harmonização ou cedência recíproca.....	88
3.9. Princípio da coloquialidade .....	88
3.10. Princípio da interpretação intrínseca.....	88
3.11. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade .....	88
4. A Constituição como um sistema de princípios e regras.....	91
5. Integração .....	95
6. Interpretação evolutiva e mutação constitucional.....	97
7. A sociedade aberta de intérpretes .....	98
8. Divisão estrutural da Constituição brasileira .....	100
Exercícios de fixação .....	101

## **Capítulo 5 – APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS**

1. Notas introdutórias .....	109
2. Existência .....	109
3. Validade .....	112
4. Eficácia e efetividade.....	113
5. Imperatividade .....	114
6. Classificação das normas constitucionais .....	115
6.1. Classificação tricotômica de José Afonso da Silva .....	115
6.1.1. Normas constitucionais de eficácia plena .....	116
6.1.2. Normas constitucionais de eficácia contida .....	116
6.1.3. Normas constitucionais de eficácia limitada .....	118
6.1.4. Visão crítica das normas programáticas .....	119
6.2. Classificação de Celso Bastos e de Carlos Ayres Britto .....	120
6.3. Classificação de Luís Roberto Barroso .....	121
6.4. Classificação de Maria Helena Diniz.....	121
6.5. Classificação de Uadi Lammêgo Bulos.....	121
Exercícios de fixação .....	121

## **Capítulo 6 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE**

1. Notas introdutórias .....	129
2. Tipologia das inconstitucionalidades.....	130
2.1. Inconstitucionalidade material (nomoestática) ou formal (nomodinâmica) .....	130
2.2. A proposta de inconstitucionalidade por decore parlamentar .....	131
2.3. Inconstitucionalidade por ação (positiva) ou por omissão (negativa) .....	133
2.4. Inconstitucionalidade originária ou superveniente.....	134
2.5. Inconstitucionalidade antecedente e consequente (derivada, por arastamento, reverberação normativa ou atração) .....	135

2.6. Inconstitucionalidade total ou parcial .....	136
2.7. Inconstitucionalidade direta (imediata) ou indireta (reflexa, remota, oblíqua) .....	136
2.8. Inconstitucionalidade de normas constitucionais .....	137
3. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade .....	138
4. Sistemas ou modelos de controle .....	141
4.1. Quanto aos órgãos (ou sujeitos) da fiscalização .....	141
4.1.1. Controle político .....	141
4.1.2. Controle jurisdicional .....	142
4.1.3. Controle híbrido .....	142
4.2. Quanto ao momento: preventivo ou repressivo .....	142
4.2.1. Controle preventivo .....	142
4.2.2. Controle repressivo .....	144
4.3. Quanto ao meio de impugnação ou objeto visado: concreto ou abstrato .....	145
4.3.1. Controle concreto (incidental, subjetivo ou por via de exceção ou defesa) .....	145
4.3.2. Controle abstrato (principal, em tese, objetivo ou por via de ação) .....	146
4.4. Quanto ao monopólio ou concentração da competência fiscalizatória (critério subjetivo ou orgânico) .....	147
4.4.1. Controle difuso .....	147
4.4.2. Controle concentrado .....	148
4.4.3. Controle misto .....	148
5. Controle difuso .....	148
5.1. Origem histórica .....	148
5.2. Reserva de plenário (CF/88, art. 97) .....	149
5.3. Extensão a terceiros (CF/88, art. 52, X) .....	151
5.4. Abstrativização do controle difuso e transcendência dos motivos determinantes .....	153
6. Controle concentrado .....	155
6.1. Ação direta de inconstitucionalidade (ADI) .....	155
6.1.1. Legitimidade ativa .....	156
6.1.2. O <i>amicus curiae</i> e a sociedade aberta de intérpretes .....	160
6.1.3. Procedimento e competência .....	163
6.1.4. Paradigma de controle: bloco de constitucionalidade .....	164
6.1.5. Medida cautelar .....	165
6.1.6. Objeto .....	166
6.1.7. Técnicas decisórias .....	169
6.1.8. Efeitos da decisão .....	171
6.2. Ação declaratória de constitucionalidade (ADC) .....	172
6.2.1. Legitimidade ativa .....	172
6.2.2. Procedimento e competência .....	173

6.2.3. Objeto .....	174
6.2.4. Medida cautelar .....	174
6.2.5. Efeitos da decisão .....	174
6.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADI por omissão) .....	175
6.3.1. Legitimidade, procedimento e competência da ADI por omissão .....	176
6.3.2. Medida cautelar .....	177
6.3.3. Decisão, efeitos e proposta de aprimoramento da ADI por omissão .....	177
6.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) ...	181
6.4.1. Legitimidade ativa .....	181
6.4.2. Procedimento e competência .....	181
6.4.3. Conceito de preceito fundamental .....	182
6.4.4. Objeto .....	183
6.4.5. Efeitos da decisão .....	184
6.4.6. Constitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei n. 9.882/99 .....	184
6.5. Ação de inconstitucionalidade interventiva (ADI interventiva) .....	185
6.6. O controle concentrado no plano estadual .....	186
6.6.1. Representação de inconstitucionalidade perante a Constituição Estadual .....	186
6.6.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão no plano estadual .....	188
6.7. Tabelas comparativas .....	191
6.7.1. Controle concentrado e difuso .....	191
6.7.2. ADI, ADC, ADO (ou ADIN por omissão) e ADPF .....	191
6.7.2.1. Semelhanças .....	191
6.7.2.2. Diferenças .....	191
6.7.2.3. Regra dos 4: legitimados da ADI, ADC, ADO e ADPF .....	192
Exercícios de fixação .....	192

## Capítulo 7 – TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Terminologia .....	209
2. Direitos, garantias e remédios constitucionais .....	210
3. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais .....	211
4. Evolução histórica .....	211
5. Classificações .....	216
6. Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek .....	218
7. Características .....	218
7.1. Historicidade .....	218
7.2. Inalienabilidade, irrenunciabilidade e imprescritibilidade .....	219
7.3. Universalidade .....	220

7.4. Concorrência .....	221
7.5. Limitabilidade.....	222
8. Extensão .....	223
9. Proteção constitucional.....	223
10. Aplicabilidade.....	225
11. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais .....	225
11.1. Eficácia horizontal indireta ou mediata.....	226
11.2. Eficácia horizontal imediata ou direta.....	226
11.3. Eficácia irradiante e perspectivas subjetiva e objetiva.....	226
11.4. Evolução jurisprudencial.....	227
Exercícios de fixação .....	228

## Capítulo 8 – DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS *IN SPECIE*

1. Princípio da igualdade (CF/88, art. 5º, I) .....	233
2. Princípio da legalidade (CF/88, art. 5º, II) .....	236
3. Liberdade de pensamento ou de opinião (CF/88, art. 5º, IV) .....	236
4. Liberdade de consciência, de crença e de culto (CF/88, art. 5º, VI, VII e VIII) .	240
5. Direito à honra, imagem, intimidade e vida privada (CF/88, art. 5º, V e X) .	245
6. Inviolabilidade de domicílio (CF/88, art. 5º, XI) .....	246
7. Sigilos bancário, fiscal e de comunicações (CF/88, art. 5º, X e XII) .....	248
7.1. Interceptações telefônicas.....	248
7.2. Sigilo de correspondência e de comunicações telegráficas.....	252
7.3. Sigilos bancário e fiscal .....	252
8. Liberdade de profissão (CF/88, art. 5º, XIII) .....	254
9. Liberdade de informação (CF/88, art. 5º, XIV e XXXIII).....	255
10. Liberdade de locomoção (CF/88, art. 5º, XV) .....	256
11. Liberdade de reunião (CF/88, art. 5º, XVI) .....	257
12. Liberdade de associação (CF/88, art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI).....	258
13. Direito de propriedade (CF/88, art. 5º, XXII e XXIII) .....	259
13.1. Desapropriação, desapropriação-sanção, expropriação e confisco (CF/88, art. 5º, XXIV) .....	259
13.2. Requisição (CF/88, art. 5º, XXV) .....	261
13.3. Impenhorabilidade do imóvel rural (CF/88, art. 5º, XXVI).....	262
13.4. Propriedade intelectual (CF/88, art. 5º, XXVII, XXVIII e XXIX)....	262
13.5. Direito de herança (CF/88, art. 5º, XXX e XXXI) .....	263
14. Defesa do consumidor (CF/88, art. 5º, XXXII).....	263
15. Direito de petição e certidões públicas (CF/88, art. 5º, XXXIV) .....	265
16. Princípio do amplo acesso ao Poder Judiciário (CF/88, art. 5º, XXXV) ....	266
17. Direito adquirido, ato jurídico perfeito, coisa julgada e segurança jurídica (CF/88, art. 5º, XXXVI).....	268
17.1. Garantias de índole constitucional ou infraconstitucional? .....	268
17.2. Leis de ordem pública e interesse social .....	270



17.3. Direito adquirido .....	270
17.4. Ato jurídico perfeito .....	273
17.5. Coisa julgada .....	274
17.5.1. Coisa julgada inconstitucional .....	275
18. Princípio do juiz natural (CF/88, art. 5º, XXXVII E LIII) .....	278
19. Tribunal do júri (CF/88, art. 5º, XXXVIII) .....	280
20. Irretroatividade e reserva legal em matéria penal (CF/88, art. 5º, XXXIX e XL) .....	281
21. Discriminação, racismo e crimes insuscetíveis de graça, anistia, fiança e prescrição (CF/88, art. 5º, XLI a XLIV) .....	282
22. Regras constitucionais sobre penas (CF/88, art. 5º, XLV a XLVIII) .....	283
23. Prisão e direitos dos presos (CF/88, art. 5º, XLIX, L, LVIII, LXI, LXII, LXIII, LXIV, LXV, LXVI e LXVII) .....	287
24. Extradicação (CF/88, art. 5º, LI E LII) .....	292
24.1. Expulsão e deportação .....	297
24.2. Asilo e refúgio .....	299
24.3. Entrega de nacionais ao Tribunal Penal Internacional .....	301
25. Devido processo legal, contraditório e ampla defesa (CF/88, art. 5º, LIV e LV) .....	302
26. Provas obtidas por meios ilícitos (CF/88, art. 5º, LVI) .....	305
27. Presunção de inocência (CF/88, art. 5º, LVII) .....	307
28. Ação penal privada subsidiária da pública (CF/88, art. 5º, LIX) .....	309
29. Publicidade dos atos processuais (CF/88, art. 5º, LX) .....	310
30. Assistência jurídica integral e gratuita (CF/88, art. 5º, LXXIV) .....	310
31. Erro judiciário (CF/88, art. 5º, LXXV) .....	311
32. Gratuidade das certidões de nascimento, óbito, do <i>habeas corpus</i> , do <i>habeas data</i> e atos necessários ao exercício da cidadania (CF/88, art. 5º, LXXVI e LXXVII) .....	313
33. Celeridade processual (CF/88, art. 5º, LXXVIII) .....	314
Exercícios de fixação .....	314

## Capítulo 9 – REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

1. <i>Habeas corpus</i> (CF/88, art. 5º, LXVIII) .....	337
1.1. Espécies .....	338
1.2. Considerações gerais .....	338
1.3. Competência .....	340
2. Mandado de segurança (CF/88, art. 5º, LXIX) .....	341
2.1. Sujeito ativo .....	342
2.2. Sujeito passivo e ato de autoridade .....	342
2.3. Direito líquido e certo .....	344
2.4. Classificações .....	345
2.5. Procedimento e competência .....	345
2.6. Mandado de segurança coletivo .....	347

3. Mandado de injunção (CF/88, art. 5º, LXXI) .....	349
3.1. Requisitos constitucionais .....	349
3.2. Legitimidade ativa e passiva .....	352
3.3. Procedimento e competência .....	354
3.4. Efeitos da sentença no mandado de injunção .....	356
3.5. A evolução dos julgados do STF e perspectivas sociais de uma jurisprudência em construção .....	359
3.6. Regulamentação da norma constitucional após o julgamento do mandado de injunção .....	360
3.7. Diferenças entre ADI por omissão e mandado de injunção .....	361
4. Ação popular .....	363
4.1. Competência .....	364
4.2. Processo .....	365
5. <i>Habeas data</i> .....	366
5.1. Legitimidade .....	368
5.2. Competência .....	368
Exercícios de fixação .....	369

## **CAPÍTULO 10 – DIREITOS SOCIAIS**

1. Breves esclarecimentos .....	379
2. Destinatários dos direitos trabalhistas .....	379
3. Direitos trabalhistas .....	380
4. Emenda Constitucional n. 72/2013 — “PEC das domésticas” .....	383
5. Prerrogativas sindicais .....	386
6. Direito de greve .....	387
Exercícios de fixação .....	387

## **CAPÍTULO 11 – NACIONALIDADE**

1. Conceitos elementares .....	395
2. Critérios para definição da nacionalidade .....	395
3. Nacionalidade primária (originária) e nacionalidade secundária (derivada) .....	396
4. A nacionalidade brasileira perante a Constituição de 1988 .....	396
4.1. Brasileiros natos .....	396
4.2. Brasileiros naturalizados .....	398
5. Reciprocidade .....	400
6. Distinção entre brasileiros natos e naturalizados .....	401
7. Perda da nacionalidade .....	403
8. Reaquisição da nacionalidade .....	404
Exercícios de fixação .....	404

## **CAPÍTULO 12 – DIREITOS POLÍTICOS**

1. Breves considerações .....	411
2. Nacional, cidadão, direitos políticos ativos e passivos .....	411

3. Democracia semidireta.....	412
4. Os direitos políticos à luz da CF/88.....	414
4.1. Direitos políticos ativos.....	414
4.2. Direitos políticos passivos.....	415
4.2.1. Nacionalidade brasileira.....	415
4.2.2. Pleno exercício dos direitos políticos.....	415
4.2.3. Alistamento e domicílio eleitoral.....	415
4.2.4. Filiação partidária.....	417
4.2.5. Idade mínima.....	418
5. Inelegibilidades.....	419
5.1. Casos de inelegibilidade absoluta.....	419
5.2. Casos de inelegibilidade relativa.....	420
5.2.1. Inelegibilidade relativa do Chefe do Executivo.....	420
5.2.2. Inelegibilidade relativa reflexa dos familiares.....	423
5.2.3. Inelegibilidades relativas fixadas por lei complementar (ficha limpa, probidade e combate ao abuso do poder político ou econômico).....	425
6. Ação de impugnação de mandato eletivo.....	428
7. Militares.....	428
8. Servidor público e mandato eletivo.....	428
9. Privação dos direitos políticos.....	429
9.1. Cancelamento da naturalização (CF/88, art. 15, I).....	429
9.2. Incapacidade civil absoluta (CF/88, art. 15, II).....	429
9.3. Condenação criminal transitada em julgado (CF/88, art. 15, III) ...	430
9.4. Recusa de cumprir obrigação universal e prestação alternativa (CF/88, art. 15, IV).....	431
9.5. Improbidade administrativa (CF/88, art. 15, V).....	431
9.6. Perda da nacionalidade brasileira por aquisição voluntária de outra (CF/88, art. 12, § 4º, II).....	432
9.7. Quebra de decoro parlamentar (CF/88, art. 55, II, e § 1º, c/c o art. 1º, I, b, da LC n. 64/90).....	432
10. Princípio da anterioridade da lei eleitoral (CF/88, art. 16).....	432
11. Partidos políticos (CF/88, art. 17).....	433
11.1. Autonomia partidária, isonomia e candidatura nata.....	434
11.2. Fidelidade partidária.....	434
11.3. Verticalização das coligações.....	435
Exercícios de fixação.....	436

## **CAPÍTULO 13 – FEDERALISMO**

1. Introdução.....	447
2. Histórico.....	449
3. Federalismo no Brasil.....	451
4. Espécies de Federalismo.....	453

4.1. Quanto à origem: Federalismo por agregação (centrípeto) ou por desagregação (centrífugo) .....	453
4.2. Quanto ao modo de divisão de competências: Federalismo dual (clássico) ou cooperativo .....	453
4.3. Outras espécies: Federalismo equilíbrio, orgânico e de integração .	453
5. Princípios fundamentais, vedações constitucionais, idioma e símbolos oficiais .	454
6. Organização político-administrativa .....	456
6.1. Brasília .....	456
6.2. União .....	457
6.2.1. Bens da União .....	457
6.2.2. Criação de regiões de desenvolvimento .....	459
6.3. Estados .....	460
6.3.1. Autonomia estadual .....	461
6.3.2. Poder constituinte decorrente ou estadual .....	462
6.3.2.1. Princípios limitativos do poder constituinte estadual	462
6.3.3. Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário .....	464
6.3.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	466
6.3.5. Formação dos Estados .....	467
6.4. Municípios .....	468
6.4.1. Lei orgânica municipal e inexistência de poder constituinte decorrente .....	469
6.4.2. Poderes Executivo e Legislativo .....	469
6.4.2.1. Poder Executivo .....	469
6.4.2.2. Poder Legislativo .....	471
6.4.3. Fiscalização financeira e orçamentária .....	476
6.4.4. Formação de Municípios .....	477
6.5. Distrito Federal .....	479
6.6. Territórios .....	480
7. Repartição constitucional de competências .....	481
7.1. Modelos de repartição de competências .....	482
7.2. Espécies de competência .....	483
7.3. Critérios adotados na repartição de competências pela CF/88 .....	483
7.4. Competências da União .....	485
7.4.1. Competências exclusivas .....	485
7.4.2. Competências privativas .....	486
7.5. Competências dos Estados .....	492
7.6. Competências dos Municípios .....	492
7.7. Competências do Distrito Federal .....	494
7.8. Competências comuns (CF/88, art. 23) .....	495
7.9. Competências concorrentes (CF/88, art. 24) .....	497
7.9.1. Problemas de aplicação da competência concorrente relacionados à legislação do tabaco e do amianto .....	499

8. Intervenção .....	503
8.1. Intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal .....	503
8.1.1. Efetivação da medida interventiva .....	504
8.1.2. Requisitos interventivos e apreciação do Congresso Nacional .....	504
8.1.3. Efeitos jurídicos.....	506
8.2. Intervenção federal ou estadual em Municípios .....	506
Exercícios de fixação.....	508

## **CAPÍTULO 14 – DIVISÃO FUNCIONAL DE PODER**

Exercícios de fixação.....	527
----------------------------	-----

## **CAPÍTULO 15 – PODER LEGISLATIVO**

1. Introdução .....	529
2. Senado Federal .....	530
3. Câmara dos Deputados .....	531
4. Mesas Diretoras.....	531
5. Garantias parlamentares .....	532
6. Legislativo estadual e municipal .....	535
7. Comissão parlamentar de inquérito.....	537
7.1. Requerimento de pelo menos 1/3 dos parlamentares.....	538
7.2. Objeto determinado .....	538
7.3. Prazo certo de duração .....	538
7.4. Poderes de investigação.....	538
8. Incompatibilidades e impedimentos .....	541
9. Perda do mandato.....	541
10. Processo legislativo.....	542
11. Classificação .....	543
12. Processo legislativo ordinário.....	543
12.1. Conceitos elementares .....	543
12.2. Fase introdutória ou de iniciativa.....	544
12.2.1. Iniciativa presidencial privativa .....	545
12.2.2. Iniciativa judiciária .....	546
12.2.3. Iniciativa ministerial .....	547
12.2.4. Iniciativa popular de lei: crítica e proposta de reformulação .....	548
12.3. Fase constitutiva.....	551
12.3.1. Deliberação parlamentar.....	552
12.3.2. Emendas parlamentares.....	553
12.3.3. Deliberação executiva .....	554
12.3.4. Vício de iniciativa e sanção .....	555
12.4. Fase complementar .....	555
12.4.1. Promulgação .....	555
12.4.2. Publicação .....	556
13. Processo legislativo sumário.....	556

14. Espécies normativas .....	557
14.1. Emendas constitucionais .....	558
14.1.1. Limitações explícitas .....	558
14.1.1.1. Limitações materiais ou substanciais .....	558
14.1.1.2. Limitações circunstanciais .....	560
14.1.1.3. Limitações procedimentais .....	561
14.1.2. Limitações implícitas .....	561
14.2. Leis ordinárias e complementares .....	562
14.3. Medidas provisórias .....	564
14.3.1. Medida provisória e legislação conflitante .....	565
14.3.2. Aprovação da medida provisória com alterações .....	566
14.3.3. Rejeição expressa e tácita da medida provisória .....	566
14.3.4. Retirada de medida provisória já editada pelo Presidente da República .....	567
14.3.5. Medidas provisórias e controle de constitucionalidade .....	567
14.3.6. Estados, Distrito Federal e Municípios .....	568
14.3.7. Abrangência e limites materiais .....	569
14.4. Lei delegada .....	571
14.5. Decretos legislativos .....	572
14.6. Resoluções .....	573
15. Função fiscalizadora .....	574
15.1. O Tribunal de Contas da União .....	574
15.2. Tribunais de Contas Estaduais, Distrital e Municipais .....	576
15.3. Rejeição de contas do Chefe do Poder Executivo .....	578
15.4. Tribunal de Contas e controle de constitucionalidade .....	579
Exercícios de fixação .....	580

## **CAPÍTULO 16 – PODER EXECUTIVO**

1. Introdução .....	603
2. Regras constitucionais .....	604
3. Eleição .....	605
4. Impedimento e vacância .....	605
5. Condições de elegibilidade .....	606
6. Ministros de Estado .....	607
7. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional .....	607
8. Crimes de responsabilidade .....	608
8.1. Procedimento de <i>impeachment</i> .....	609
9. Crimes comuns .....	610
10. Imunidade presidencial .....	611
11. Prisão .....	612
12. Competência por prerrogativa de função de governadores e prefeitos .....	612
13. Prorrogação de foro por prerrogativa de função: inconstitucionalidade da Lei n. 10.628/2002 .....	612

Exercícios de fixação .....	613
-----------------------------	-----

## CAPÍTULO 17 – PODER JUDICIÁRIO

1. Introdução .....	625
2. Estatuto da Magistratura .....	625
2.1. Comprovação de prática jurídica para ingresso na carreira .....	625
2.2. Promoção, remoção e acesso aos tribunais .....	627
2.3. Publicidade e motivação dos atos judiciais .....	628
2.4. Princípio da ininterruptibilidade da jurisdição .....	629
2.5. Aposentadoria, residência, remoção, disponibilidade e órgão especial ..	630
2.6. Atos de mero expediente, número de juízes e distribuição de pro- cessos .....	630
3. Quinto Constitucional .....	631
4. Estrutura do Poder Judiciário .....	631
4.1. Composição do STF .....	632
4.2. Composição do STJ .....	633
4.3. Composição do TSE .....	633
4.4. Composição do TST .....	634
4.5. Composição do STM .....	634
4.6. Tribunais de Justiça dos Estados e do DF .....	634
5. Garantias funcionais do Poder Judiciário .....	635
5.1. Garantias de autonomia orgânico-administrativa .....	636
5.2. Garantias de autonomia financeira .....	636
5.3. Garantias funcionais ou de órgãos .....	636
5.3.1. Garantias de independência dos órgãos judiciários .....	637
5.3.1.1. Vitaliciedade .....	637
5.3.1.2. Inamovibilidade .....	638
5.3.1.3. Irredutibilidade de subsídios .....	638
5.3.2. Garantias de imparcialidade ou vedações constitucionais ....	639
6. Juizados Especiais .....	640
7. Súmulas vinculantes .....	642
7.1. Súmulas vinculantes e institutos análogos: semelhanças e diferenças.	642
7.2. Requisitos das súmulas vinculantes .....	643
7.2.1. Existência de reiteradas decisões .....	643
7.2.2. Controvérsia atual .....	644
7.2.3. <i>Quorum</i> e legitimidade .....	644
7.3. Reclamação .....	645
7.4. Responsabilidade penal, administrativa e cível .....	645
8. Conselho Nacional de Justiça: composição e considerações gerais .....	646
8.1. Atribuições .....	648
8.2. Remoção, indisponibilidade e aposentadoria por interesse público	652
Exercícios de fixação .....	652

